



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Damares Alves

Ofício nº 231/2026 - GSDALVES

Brasília, 5 de maio de 2026.

A Sua Excelência

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

Controladoria-Geral da União - CGU

Assunto: **Solicitação de auditoria preventiva da FNRH Digital — governança de dados e conformidade com a LGPD.**

Senhor Ministro,

Com meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para solicitar a essa Controladoria-Geral da União que avalie a pertinência da realização de auditoria preventiva no âmbito da implementação da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes Digital (FNRH Digital), instituída pelo Ministério do Turismo, e atualmente em processo de consolidação em escala nacional.

A referida ferramenta, ao promover a centralização digital de registros de hospedagem, envolvendo dados individualizados, como identificação pessoal, datas de permanência, informações potencialmente relacionadas a deslocamentos, representa medida relevante de modernização administrativa. Não obstante, tal iniciativa suscita questões que recomendam análise preventiva sob a ótica da governança pública, da proteção de dados pessoais e da integridade dos sistemas estatais.

Nesse contexto, entende-se pertinente a verificação, por parte dessa Controladoria, da aderência do modelo aos princípios estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), especialmente no que se refere à finalidade, necessidade e minimização do tratamento de dados, bem como à existência de mecanismos adequados de controle de acesso, rastreabilidade, auditoria e prevenção de uso indevido ou desvio de finalidade.

Adicionalmente, a centralização de dados em ambiente digital eleva o grau de criticidade quanto à segurança da informação, sendo relevante avaliar a robustez dos protocolos adotados, a existência de mecanismos de prevenção e



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Damares Alves

resposta a incidentes e o grau de maturidade dos controles internos relacionados à proteção contra vazamentos e acessos não autorizados.

Outro aspecto que merece atenção diz respeito aos impactos da ferramenta sobre direitos fundamentais, especialmente no que concerne a pessoas em situação de vulnerabilidade ou sob proteção estatal, como beneficiários de programas de proteção a testemunhas, vítimas de violência em situação de ocultação de paradeiro e defensores de direitos humanos ameaçados. A eventual possibilidade de exposição indevida ou rastreabilidade dessas pessoas impõe a necessidade de análise específica das salvaguardas institucionais adotadas.

Por outro lado, também se apresenta relevante refletir sobre eventual utilidade pública da base de dados, dentro dos limites legais e constitucionais, em políticas voltadas à localização de pessoas desaparecidas, o que reforça a importância de que tais potenciais usos estejam claramente delimitados e submetidos a controles rigorosos.

Por fim, reputa-se pertinente avaliar os impactos regulatórios e operacionais da implementação, especialmente quanto à capacidade de adaptação dos meios de hospedagem, à estabilidade da plataforma, aos custos envolvidos e à eficiência da solução adotada.

Diante dessas considerações, solicita-se a essa Controladoria-Geral da União que avalie a conveniência e oportunidade de realização de auditoria preventiva, com foco na governança de dados pessoais, segurança da informação, controles internos e mitigação de riscos institucionais, de modo a assegurar a conformidade da iniciativa com o ordenamento jurídico e com os princípios que regem a Administração Pública.

Certa de poder contar com a atuação desse órgão nessa matéria tão urgente e necessária, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Senadora DAMARES ALVES
Republicanos/DF